



OFÍCIO Nº 200/2024

Gravatá, 19 de julho de 2024.

Exmo. Sr.
JOSELITO GOMES DA SILVA
PREFEITO DE GRAVATÁ

Apresentando cumprimentos, solicitamos a v^a EX^a autorização do Processo de Locação de imóvel de pessoa física, para funcionamento da UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Considerando, extrema necessidade em substituição ao atual, para fins de funcionamento da Unidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, em face de recomendação expedida pelo Ministério Público, a fim de proporcionar condições mais adequadas de habitualidade, higiene, salubridade e segurança aos acolhidos.

Em anexo segue: Documento de formalização de demanda (DFD) o parecer jurídico, o termo de referência, parecer opinativo técnico de avaliação mercadológica (POTAN) e toda documentação da casa a ser alugada também como a documentação do locador.

O valor global ESTIMADO será de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais.) pelo período de 12 meses, com parcelas mensais no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais.)

Diante do exposto, solicitamos providencias em conformidade com a lei nº 14.133/2021

Sem mais para o momento, renovamos votos de estima e consideração

Atenciosamente,

VIVIANE RIBEIRO
SALGADO

SANJURJO:8014626044
9

Assinado de forma digital por
VIVIANE RIBEIRO SALGADO
SANJURJO:80146260449
Dados: 2024.07.19 13:31:16
-03'00'

VIVIANE RIBEIRO SALGADO SANJURJO
SECRETÁRIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer os critérios para **LOCAÇÃO DE IMÓVEL** para sediar as instalações da **SEDE DA UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL UAI PERTENCENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E JUVENTUDE DE GRAVATÁ**, por um período de **12 (doze) meses**.

1.2. **DADOS DO IMÓVEL A SER LOCADO:** Rua Nilza B. dos Santos, no Bairro Alpes Suíço, possuindo uma área de construção de 275,33 m².

1.3. **DADOS DO LOCADOR:** **FÁBIO LUIS MENEZES FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº ***.***.054-00, portador da Carteira de Identidade nº *.***.454 - SSP/PE.

1.4. **VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO:** R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Se faz necessário a locação de uma nova Sede para Unidade de Acolhimento Institucional UAI, tendo em vista os principais pontos (o espaço ofertado para nova sede em comparação a antiga sede, se faz mais vantajoso para o acolhimento em geral, seguindo também as instruções de acolhimento repassadas, o valor mensal do imóvel também se faz propício para o novo espaço, sendo mais vantajoso para secretaria de assistência social e juventude do município de Gravata-PE.

O ambiente físico passa a ser lugar de convívio sedimentado no acolhimento e na segurança, fazendo a diferença em trajetórias marcadas por ciclos de graves violações de direitos, reproduzidas na família e na comunidade, e o Serviço de Acolhimento Institucional adequadamente estruturado funciona como um ponto de ruptura com um passado de privações, dor e culpa, e de resgate do caminho da cidadania. A modalidade de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, integra a Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (Lei 8.742/1993 alterada pela Lei 12.435/2011), podendo ser executado de forma direta ou indireta pelo poder público, compondo a rede mais ampla de garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Aqui vamos tratar do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAI), Unidade enquanto **componente técnico da rede protetiva**, na medida em que integra uma sistemática de intervenções qualificadas nos casos em que se faz necessário o afastamento de crianças e adolescentes do contexto familiar de modo a preservar direitos, proteger seu desenvolvimento e garantir intervenção jurídica e psicossocial adequadas, com vistas à reintegração ou, em situação de impossibilidade, sua inserção em família substituta. Mas, de igual modo, o SAI revela-se **um lugar de cuidado**



temporário indispensável, excepcional, prioritariamente afetoso e estruturante, que pode significar, em muitos casos, o diferencial para uma vida em que o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade sejam efetivamente providos, conforme prevê o art. 30 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, **oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.**

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A locação de imóvel se fundamenta no que diz o art. 74 da lei 14.133/2021, que dispõe sobre a dispensa de licitação para locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração Pública:

“É dispensável a licitação:

(...)

para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.”

3.2. Interpretando tal dispositivo, o Tribunal de Conta da União TCU, através do Acórdão nº 444/2008 Plenário, proferiu o seguinte entendimento:

“Em princípio, a Administração compra ou loca mediante licitação..., tais e tantas podem ser as contingências do mercado, variáveis no tempo e no espaço, a viabilizarem a competição. Mas, se a operação tiver por alvo, imóvel que atenda às necessidades específicas cumuladas de instalação e localização dos serviços, a área de competição pode estreitar-se de modo a ensejar a dispensa. Nestas circunstâncias, e somente nelas, a Administração comprará ou locará diretamente, inclusive para que não se frustrasse a finalidade a acudir”. (Jessé Torres Pereira, Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 5ª Edição, página 277). Acórdão 444/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator).

4. CARACTERÍSTICAS NECESSÁRIAS DO IMÓVEL A SER LOCADO

4.1 Considerações Adicionais:

- a) O tamanho total do imóvel será 339,9m² para acomodar todos os cômodos adequadamente, sem contar as áreas comuns;



- b) Proximidade em sistema de transporte coletivo, em avenidas/ruas principais da cidade de Gravatá, situada na zona urbana;
- c) Estar livre, desembaraçado e desimpedido de coisas e pessoas na data da celebração do Contrato de Locação;
- d) Instalações hidrossanitárias de acordo com o previsto na legislação;
- e) Deverá ser atestada a ausência de qualquer tipo de vazamento;
- f) As louças, metais e válvulas deverão estar em perfeitas condições de utilização;
- g) Imóvel em perfeitas condições de uso, com habite-se até a data do recebimento das chaves (recebimento definitivo), com especial atenção às normas que regem as instalações de prevenção e combate a incêndio;
- h) Ausência de trincas ou fissuras que comprometem ou venham a comprometer a segurança da estrutura;
- i) Teto, piso e paredes deverão ser revestido de cores claras, com ausência de pontos de infiltração, mofo, manchas e rachaduras;
- j) Janelas e portas em perfeito funcionamento de abertura e fechamento com fechaduras;
- k) Fácil acesso às instalações e manutenções de aparelhos de condicionadores de ar;
- l) Cabos, fiação, dutos e sistemas de proteção deverão estar de acordo com o dimensionamento da carga prevista para o imóvel;
- m) Deverá o sistema elétrico, hidráulico e as instalações do imóvel estar em perfeita condição de uso, seguindo todos as diretrizes normativas técnicas legais;
- n) A rede elétrica deve ser trifásica;
- o) Deve possuir piso em cerâmica ou similar, forro em laje ou similar pintada com acabamento na cor clara, luminárias e/ou lâmpadas com alta eficiência e nível de iluminação compatível com o ambiente, com tomadas de energias acessíveis;
- p) Dispor de garagem ;
- q) No mínimo uma copa/cozinha equipada com pias, torneiras, tomadas de energia (220Volts), com espaço suficiente para a colocação de equipamentos: Geladeira, Fogão, fornos de micro-ondas, etc.;

5. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 As obrigações decorrentes por inexorabilidade serão formalizadas por instrumento de CONTRATO, celebrado entre a Secretaria Municipal de Administração, doravante denominada LOCATÁRIA e a proponente adjudicatária, doravante denominado de LOCADORA, seguindo os termos da Lei nº 14.133/2021, e das demais normas pertinentes.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA



6.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, salvo manifestação formal em contrário das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do seu vencimento.

6.2 Os efeitos financeiros da contratação só serão produzidos a partir da entrega das chaves, precedido de vistoria do imóvel pelo responsável designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude.

7. DO PREÇO

a. Considerando o **Parecer Opinativo Técnico Mercadológico – POTAM**, emitido pela Secretaria de Finanças, assinado em 28 de maio de 2024, verificou-se que o imóvel situado na Rua Nilza B. dos Santos, no bairro Alpes Suíços, é ideal para atender às necessidades estabelecidas neste Termo de Referência, além de desonerar em R\$ 5.580,93 (cinco mil quinhentos e oitenta e noventa e três centavos) sendo que os atuais custos que estabelecem o princípio da economicidade e eficiência, respectivamente **uma vez que o valor indicado para o aluguel é de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)**.

8. DAS DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02 PODER EXECUTIVO

02 19 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08 244 0819 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL/SUAS

08 244 0819 1184 0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA E EQUIPAGEM DO CENTRO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL UAI

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

02.12 RECURSOS FEAS

9. DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

9.1. Empenhar, Pagar e Liquidar o aluguel e os encargos da locação exigível, no prazo estipulado em Contrato.

9.2. Servir-se do imóvel para uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse.

9.3. Realizar vistoria do imóvel, antes da entrega das chaves, para fins de verificação minuciosa do seu estado, fazendo constar do Termo de Vistoria os eventuais defeitos existentes.

9.4. Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa, elaborando quando da vistoria inicial, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso natural.

9.5. Comunicar a LOCADORA qualquer dano ou defeito, cuja reparação a esta incuba, bem como as eventuais turbações de terceiros.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GRAVATÁ

CNPJ Nº11.331.244/0001-73

AV. DANTAS BARRETO, 51 – BAIRRO: PRADO

GRAVATÁ – PE

EMAIL: assistenciasocial@gravata.pe.gov.br



9.6. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo da LOCADORA, sendo assegurado à LOCATÁRIA o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de 10 (dez) dias.

9.7. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito da LOCADORA.

9.8. Pagar as despesas de telefonia e de consumo regular de energia elétrica, água e esgoto.

9.9. Permitir a vistoria do imóvel pela LOCADORA ou por seus mandatários, mediante prévio agendamento de dia e hora.

9.10. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato.

9.11. Atestar as notas fiscais/faturas, por intermédio do servidor designado, competente para tal.

9.12. Aplicar as sanções administrativas regulamentares e contratuais quando pertinentes.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

10.1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para fins a que se destina, observando-se as condições mínimas contidas neste Termo de Referência e, sendo o caso, no Contrato.

10.2. Garantir, durante o tempo de locação, o uso pacífico do imóvel.

10.3. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel.

10.4. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação.

10.5. Auxiliar a LOCATÁRIA na descrição minuciosa do estado do imóvel, quando da realização da vistoria.

10.6. Fornecer à LOCATÁRIA, recibo discriminando as importâncias pagas, vedada a quitação genérica.

10.7. Entregar os serviços, objeto da presente contratação dentro do prazo constante na proposta.

10.8. Pagar os impostos, especialmente Imposto Predial Territorial Urbano IPTU e taxas, incidentes sobre o imóvel e taxa de bombeiros.

10.9. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação, e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação, bem como as condições de contratar com a Administração Pública, sob pena de aplicação das sanções administrativas por descumprimento de cláusula(s) contratual(is).



10.10. Informar à LOCATÁRIA quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento do aluguel será em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária, até o 10 (décimo) dia útil de cada mês e será depositado conforme indicado pela LOCADORA, junto à agência e conta corrente informada.

12. DO REAJUSTE

12.1. O valor do aluguel será reajustado anualmente com base no Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo, no período de doze meses imediatamente anterior ao mês de referência do reajuste.

12.2. A data de referência para o reajuste anual será a mesma em que o contrato de locação foi celebrado ou outro mês acordado entre as partes.

12.3. O cálculo do reajuste será feito da seguinte maneira: o valor do aluguel será multiplicado pelo IGPM do período de doze meses imediatamente anterior à data de referência, e o resultado será adicionado ao valor atual do aluguel.

12.4. O locador deverá comunicar por escrito ao locatário, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, o novo valor do aluguel reajustado com base no IGPM, informando o valor atual do aluguel, o índice utilizado, a data de referência e o novo valor do aluguel.

12.5. O locatário concorda em pagar o novo valor do aluguel reajustado a partir da data estipulada para o reajuste, desde que formal e tempestivamente notificado comunicado pelo locador.

13. DA RESCISÃO

13.1. A LOCATÁRIA poderá rescindir o Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta à LOCADORA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.2. Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

13.3. Nas hipóteses de rescisão seguira fielmente o que é citado na Lei nº 14.133/2021, desde que ausente a culpa da locadora, a locataria a ressarcirá dos prejuízos regularmente que houver sofrido.

13.4. Caso haja razões de interesse público devidamente justificada nos termos da Lei nº 14.133/2021, a LOCATÁRIA decida devolver o imóvel e rescindir o

contrato, antes do término dos seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique a LOCADORA, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13.5. Nesta hipótese, caso não notifique tempestivamente a LOCADORA, e desde que esta não tenha incorrido em culpa, a LOCATÁRIA ficará sujeita ao pagamento de multa equivalente a 2 (dois) meses de aluguel, segundo a proporção prevista no artigo 4º da Lei nº 8.245/91, e no artigo 413 do Código Civil, considerando-se o prazo restante para o término da vigência do contrato.

13.6. Nos casos em que reste impossibilidade a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoronamento, desapropriação, caso fortuito ou força maior, entre outros, a LOCATÁRIA poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.

13.7. O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente à LOCADORA ou por via postal, com aviso de recebimento.

13.8. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurando o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14. EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A gestão do contrato ficará a cargo do Servidor Hielton Everton de Souza Silva, matriculado sob o nº 101412-1 e a fiscalização ficará a cargo da Maria Veronica Alves Barboza, matriculada sob o nº 101898.

14.2. O gestor será responsável por gerenciar o contrato, garantindo que todas as obrigações contratuais sejam cumpridas de acordo com os termos e condições estabelecidos, acompanhar a execução do contrato e verificar se os prazos estão sendo cumpridos, verificar a qualidade dos bens ou serviços entregues, aprovar os pagamentos e medições apresentadas pelo contratado, aplicar sanções em caso de descumprimento dos termos contratuais, encaminhar ao fiscal do contrato as demandas necessárias para a sua execução.

14.3. O fiscal será responsável pela fiscalização técnica da execução do contrato, acompanhar a execução do contrato, verificando se o contratado está cumprindo as especificações técnicas exigidas, realizar medições e elaborar relatórios técnicos, emitir pareceres técnicos sobre a execução do contrato, verificar a qualidade dos materiais utilizados, emitir notificações ao gestor sobre eventuais irregularidades na execução do contrato.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

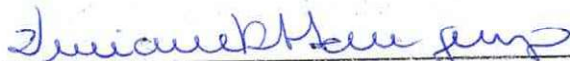
15.1. Não obstante a LOCADORA ser a única responsável pelo imóvel, a LOCATÁRIA se reserva ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a

plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, a saber:

- a) Acompanhar e fiscalizar, o objeto deste Termo de Referência, de acordo com todas as obrigações constantes de acordo com a Lei nº 14.133/2021, formalizando os eventuais pedidos de penalização à CONTRATADA, nos casos previstos;
- b) Notificar a LOCADORA sobre eventuais deficiências ou quaisquer irregularidades encontradas nos termos da lei, por descumprimento das obrigações, fixando prazos para sua correção;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos necessários às solicitações da gestão de contratos, quando necessários.

Observando o disposto na Lei nº 14.133/2021, elege-se o foro de Gravata-PE para dirimir qualquer questão contratual.

Gravatá (PE), 28 de junho de 2024.



VIVIANE RIBEIRO SALGADO SANJURJO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E JUVENTUDE